

Comemorações, memórias e documentos: uma hermenêutica da ideologia nacionalista na Revista do Instituto do Ceará do ano de 1903.

Celebración, recuerdos y documentos: una hermenéutica de la ideología nacionalista en la Revista del Instituto del Ceará del año de 1903.

Ana Alice Miranda Menescal*

Resumo: Apesar de Martim Soares Moreno ser reconhecido como fundador do Ceará, as comemorações do Tricentenário exaltaram a chegada do primeiro português, ou seja, Pero Coelho de Sousa, afirmando datar do ano de 1603 o primeiro vislumbre da civilização naquelas terras. O objetivo deste artigo é analisar os elementos em torno das comemorações do Tricentenário, a partir das matérias publicadas na Revista do Instituto do Ceará. Observando a compreensão de História e *memória*, bem como as argumentações acerca dos conceitos de *pátria* e *patriotismo*, *nação* e *nacionalismo* em uso na época dos festejos.

Palavras-chave: História. Memória. Ideologia nacionalista.

Resumen: A pesar de Martim Soares Moreno ser reconocido como el fundador de Ceará, los festejos del Tricentenario elogió la llegada del primer portugués, Pero Coelho de Sousa, declarando la fecha del año de 1603, el primer vistazo de civilización en esas tierras. El artículo analiza los elementos en torno a las celebraciones del Tricentenario, a partir de los materiales publicados en la Revista del Instituto de Ceará. Observando la comprensión de la historia y la memoria, así como los argumentos acerca de los conceptos de patria y el patriotismo, la nación y el nacionalismo en uso en el momento de las fiestas.

Palabras clave: Historia. Memoria. La ideologia nacionalista.

O Instituto do Ceará e a promoção do Tricentenário.

Desde a fundação do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), em 1887, pode ser verificada a tentativa de construção de uma história local, bem como a busca pela fundação de uma memória da população e de um nacionalismo que deveriam ligar os cidadãos à sua terra. Ponto alto destas investidas são as comemorações do Tricentenário da chegada dos portugueses ao Ceará.

* Doutoranda em História (Área: História e Cultura do Brasil) – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL); Bolsista de Doutorado – Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP); Mestre em Filosofia – Universidade Estadual do Ceará (UECE); Especialista em Estudos Clássicos – Universidade Federal do Ceará (UFC); Licenciada em História – Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: ana.alice.menescal@gmail.com

Em Fortaleza, capital do Estado, o evento teve grande destaque social envolvendo, especialmente, representantes políticos, das letras e das famílias mais abastadas da cidade. Como não poderia deixar de ser, as agremiações de intelectuais estavam todas representadas nas solenidades, destacamos, dentre elas, o Instituto do Ceará, sob a batuta intelectual de Barão de Studart, sócio-fundador e grande incentivador das comemorações. O médico cearense, reconhecidamente, um dos maiores pesquisadores da História do Ceará, além de incentivar as comemorações, estava à frente do projeto como seu idealizador e, por isso mesmo, durante as celebrações dedicaram-lhe imensos elogios e agradecimentos.

Para marcar as homenagens à ilustre data¹, o Instituto do Ceará, através de sua Revista Trimestral, publicou artigos e documentos ligados aos primórdios da História do Ceará. Obviamente, uma história iniciada pelos primeiros colonizadores portugueses, uma vez que àquele tempo não se considerava história a vivência dos habitantes naturais da região, os índios, por não possuírem escrita sistematizada ou, ainda, a prática de registrar suas experiências como os brancos colonizadores². Assim, das dezenove matérias contidas na revista de 1903, doze estavam relacionadas à presença dos portugueses no Ceará ou às festas em comemoração aos trezentos anos de sua chegada.

Para melhor organizar as análises procedidas neste estudo, subdividimo-lo em três micro-temas, a saber: 1) Memória e Esquecimento: Comemorações do Tricentenário da chegada dos portugueses ao Ceará; 2) A cristalização da verdade: Documentação e análise historiográfica no Instituto do Ceará; 3) Entre o *descobrir* e o *achar*: Pe. Carlos Teschauer e a ideologização da tradição.

Memória e Esquecimento: Comemorações do Tricentenário da chegada dos portugueses ao Ceará.

A fundação da nacionalidade brasileira e da História pátria é tema recorrente nos vários Institutos Históricos derivados do IHGB (Instituto Histórico e Geográfico

¹ Aqui, o uso da expressão “ilustre” faz alusão ao sentimento da intelectualidade da época, não correspondendo à nossa impressão sobre o evento.

² Em razão desta concepção eram considerados povos não históricos, assim, quando estudados, seriam objeto de análise da etnografia e não da história. Sobre a questão conferir: WEHLING, Arno. **Estado, História, Memória**: Varnhagen e a Construção da Identidade Nacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

do Brasil), fundado em 1838, durante o Governo Regencial de Pedro de Araújo Lima. Seguindo a linha do primeiro Instituto foram criados outros respeitando o objetivo primado pelo IHGB, ou seja, fundar a História, estabelecer a identidade e o sentimento nacional. Este movimento que trará à luz o Instituto do Ceará.

Não há aqui pretensão de explicar a trajetória do Instituto do Ceará; julgamos ser importante destacar que no ano de 1903, ainda se fazia necessário construir o sentimento nacionalista e promover a identificação do povo com seu lugar de origem³. A trajetória política do Brasil, como sabemos, experimentou períodos de instabilidade intensa, sendo a Primeira República exemplo disto. A extensão territorial, a falta de acesso à informação e o analfabetismo, tudo isto contribuía para boa parte da sociedade manter-se aquém do que dissesse respeito à política e à própria História da nação.

Homens e mulheres viviam o dia a dia com preocupações relativas à sua própria sobrevivência, seu sustento e o de suas famílias; questões como a exaltação da História da nação, o sentimento nacional ou a construção da memória pátria não faziam parte do cotidiano do homem comum, somente se presentificavam na vida das pessoas quando eram inseridas por outros na lida vulgar através, por exemplo, de eventos comemorativos, o que favorecia o controle da sociedade pelos privilegiados, políticos, intelectuais, entre outros.

Sobre esse tipo de comemoração, Fernando Catroga (2005, p. 144) nos diz:

após 1880, muitas das principais manifestações comemorativas tiveram características diferentes [das anteriores]. As mais importantes nasceram da iniciativa da sociedade civil (intelectuais, associações de jornalistas, estudantes, centros escolares, agremiações maçônicas etc.) e, em termos doutrinários, inspiravam-se no positivismo comtiano (e, como denunciou o poeta socialista Antero de Quental, no exemplo do “pão e circo”...).

³ É importante lembrar que neste período a promoção do nacionalismo e do patriotismo estava vinculada à República recém-fundada, o que justifica a adesão das camadas mais abastadas da população urbana, especialmente os grandes comerciantes. Os festejos do Tricentenário caracterizam justamente a valorização da História Local como formadora da unidade social, em benefício da efetivação do ideal de patriotismo. Sobre a questão, cf. OLIVEIRA, Almir Leal. **O Instituto do Ceará: Memória, Representações e Pensamento Social**. São Paulo: Programa de Estudos Pós Graduated em História Social – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2001. TESE NÃO PUBLICADA. Especialmente o Capítulo IV.

Mesmo se referindo à experiência portuguesa, a análise do autor é extremamente semelhante à situação brasileira, em ambas vemos ser oferecido ao geral da população um espaço de socialização com os privilegiados através de eventos grandiosos para festejar datas consideradas parte da História oficial.

É óbvio ser mais fácil manter o controle de um grupo supostamente homogêneo, ou seja, uma massa coesa, que enfrentar o desafio de um grupo disperso, espíritos rebeldes. As comemorações do Tricentenário do Ceará findam por ser bom exemplo disto.

Alfredo de Carvalho, Membro do Instituto Antropológico, Histórico e Geográfico Pernambucano – IAHGP, em artigo no *Jornal do Recife*, descreve as comemorações como espaço para os privilegiados da sociedade cearense, diz o autor: “um grupo selecto de extremados patriotas, tendo á frente a personalidade captivante e sympathica do sabio Barão de Studart, celebra ali o tricentesimo anniversario da chegada dos primeiros portuguezes ao Ceará” (CARVALHO, 1903, p. 245). O artigo parece sugerir que a festa aconteceu especialmente para aqueles auto-identificados com a história da chegada portuguesa, queremos dizer, para um grupo que reconhece aquele momento histórico como marco fundamental, julgando importante sua rememoração, em 1903, como afirmação de suas memórias.

Partindo da exposição de Carvalho, poderíamos perguntar se não houve participação popular. Ora, o próprio evento sugere ao *homem comum* – o geral da população, aos olhos da elite intelectual e política do Ceará tricentenário – haver motivos para comemoração, pois se “os privilegiados” destacam a importância da data, quem questionaria o valor do evento?

Sobre a participação popular, Graccho Cardoso, do jornal *A Republica*, descreveu as solenidades todas do evento, informando os espaços reservados para “o povo”. Em sua matéria, sobre o ritual ocorrido no palacete da Assembleia, informou os sítios ocupados pelos grupos de maior destaque da sociedade cearense (políticos, intelectuais, comerciantes) e, por fim, escreveu: “por todas as demais dependencias do edificio, caprichosamente adornadas, acotovelava-se o povo num ruido surdo de colmeia” (CARDOSO, 1903, p. 233). Além da presença nesta sessão cívica, houve participação popular nas ruas, na queima de fogos, mas havia lugares reservados às

“pessoas gradas” (CARDOSO, 1903, p. 235), como a recepção no palácio do governo, por exemplo.

As ideias de civilização e desenvolvimento ficam muito claras nos elogiosos artigos publicados pela Revista do Instituto, temos, demonstrando essa linha de pensamento, por exemplo:

Esse culto de amor e de civismo é a nossa propria dignificação: não somos outros senão os mortos que vivem em nós. O fio mysterioso que une um seculo a outro é o mesmo vinculo de vida que nos prende á triste Necropole. Nada se perde nos abysmos da natureza: os nomes mais obscuros, como as mais simples idéas, vão se encorporar ao immenso tesouro do progresso e civilização, — precioso patrimonio das gerações que passaram. (VASCONCELLOS, 1903, p. 37).

E, ainda, de Alfredo de Carvalho (1903, p. 245):

Louvabilissima a idéa de semelhante commemoração, traduzindo o celso designio de perpetuar a data inaugural da vida historica do futuroso Estado nortista e relembrar o seu primeiro contato com a civilização occidental; benemeritos os cidadãos illustres que a promoveram

A elaboração dessa ideia de fazer parte de algo maior, através da civilização e da história, tão presente nos artigos sobre o Tricentenário, nos recorda a noção de nacionalidade que Pierre Vilar atribui aos alemães do século XIX como “sentimento de pertença a um povo — o *Volksggeist* — herança da raça, da língua, da história” (VILAR, 1985, p.159), esta parece a relação vislumbrada pelos ilustres cearenses ao comemorarem o tricentenário da chegada dos portugueses.

A ligação pela civilização vincularia o Ceará à Portugal, à Europa e não à América, pois esta recorda a barbárie de outros tempos. Não apenas o Ceará, mas o Brasil, pelo desejo e palavras dos letrados, sempre aparentou ligação maior à Portugal, à Europa, do que com seu próprio continente, os olhos sempre estiveram mais voltados para o outro lado do Atlântico. Por ter sido monarquia, havia um sentimento de pertença a outra condição, não a de povo dominado, atribuída ao restante da América do Sul, mas de elite, de herdeiros de uma tradição europeia, de uma civilização⁴, ainda que, no ano dos festejos do Tricentenário, o país já experimentasse um governo republicano .

⁴ Sobre a questão, cf. SANTOS, Luís Cláudio Villafañe Gomes. **O dia em que adiaram o carnaval:** política externa e a construção do Brasil. São Paulo: Ed. UNESP, 2010; SANTOS, Luís Cláudio

Seguindo a linha de exaltação dos chamados “civilizadores”, Barão de Studart conclui seu artigo *Francisco Pinto e Luiz Figueira - o mais antigo documento existente sobre a história do Ceará* (STUDART, 1903, p. 96), afirmando:

um attestado a mais do que foi a Ordem de Jesus na *obra grandiosa da civilização dos povos Americanos*.

Sua leitura, estou certo, *levantará no coração de cada Cearense um altar de gratidão imperecível á memória dos dous humildes sacerdotes*, cuja vida de devoções e sacrificios esbocei pallidamente. (Grifo nosso).

O segundo artigo do Barão de Studart na Revista de 1903, cujo título é *Martim Soares Moreno, o fundador do Ceará*, é concluído com a passagem:

Essa longa e demorada vista retrospectiva documentará *o amor dos Cearenses á sua história e tradições*, traduzirá uma *homenagem aos que primeiro descortinaram para a vida da civilização esta terra ciosa dos thesouros de suas crenças*, heroica nos soffrimentos, trabalhadora, avida de progressos, fadada a altos destinos. (STUDART, 1903, p. 228. Grifo nosso).

Observemos, em Studart, a repetição das expressões *civilização e memória*. Dos argumentos em torno de ambas podemos concluir que, para o Barão, a presença portuguesa fez o Ceará atingir o grau de civilização experimentado em 1903, quando das festas comemorativas do Tricentenário.

O pensamento acerca da civilização parece demonstrar não apenas a exaltação desse passado tomado para si pela intelectualidade cearense, mas também negar o quinhão “não civilizado” da história do Ceará. Ou seja, os povos indígenas são rechaçados como parte vergonhosa de uma história que, graças à dedicação heroica de soldados portugueses e jesuítas, faz parte de um passado distante, segundo defendem os intelectuais. Exalte-se, portanto, a memória da presença portuguesa que trouxe civilização e fé para os habitantes do Ceará, distanciando-os daqueles reconhecidos tempos de barbárie.

Seguindo a mesma linha temos João Brígido, em seu artigo *Ha 300 anos - Pedro Coelho de Sousa*, com clara exaltação ao primeiro português a desbravar as terras do Ceará. De início o autor aponta para as dificuldades das terras cearenses, segundo a visão de Coelho, informando sobre a pobreza da fauna e da flora e

Villafañe Gomes. **O Brasil entre a América e a Europa**: O Império e o interamericanismo, do Congresso do Panamá à Conferência de Washington. São Paulo: Ed. UNESP, 2003.

pequenez dos nativos (Cf. BRÍGIDO, 1903, p. 44) e, finaliza exaltando os mártires: “Coelho e Thomasia [sua esposa], no limiar do século XVII, são martyres primeiros da civilização desta terra, que ia ver a luz, e esperava na densa escuridão, que, agora subsiste só para os séculos, que nos precederam” (BRÍGIDO, 1903, p. 49).

O que temos nas apreciações de Studart e Brígido parece uma tentativa de construção de uma memória sobre esse passado “iluminado” pelos portugueses. Enquanto João Brígido faz o contraponto entre *luz* e *escuridão*, pondo a segunda bem distante daqueles dias de 1903, o Barão refere-se ao amor do homem cearense à sua história e às suas tradições. As palavras de Studart parecem sugerir a fundação do sentimento de pertença, de uma identidade com os fatos do passado. E dizemos assim mesmo, “fatos do passado”, pois se trata de uma cristalização de um momento histórico, para fundação da memória da sociedade local. A tipologia da memória à qual nos referimos não poderia ser outra que não a memória histórica⁵, uma vez que temos a reinvenção do passado a partir da exclusão do indesejado.

Os festejos do Tricentenário da chegada dos portugueses ao Ceará sugerem a exclusão do tempo anterior, quando os nativos ocupavam sozinhos aqueles espaços⁶. Só era considerado necessário permanecer na lembrança, na memória, o momento que aponta para a possibilidade de inserção no desejado: a civilização. Portanto, temos a memória de um espaço de tempo, selecionado da história local, para a reinvenção de sua própria história, em busca do estabelecimento de uma memória coletiva que daria ao Ceará o status de terra civilizada e, aos privilegiados da sociedade, a condição de promotores da memória e da civilização na atualidade.

Essa procura pelo estabelecimento da memória coletiva dos cearenses nos faz lembrar, mais uma vez, a análise de Catroga sobre as práticas comemoracionistas portuguesas. Escreve o autor:

assistiu-se [...] a uma certa sacralização da ideia de Nação (e de Pátria) e à elevação da história não só a fonte de virtudes cívicas, mas também a prova de que valia a pena lutar pela realização do bem

⁵ Sobre a questão, cf. ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **História**: a arte de reinventar o passado. Ensaios de teoria da história. Bauru, SP: EDUSC, 2007, cap. 11.

⁶ É importante ressaltar a constante busca da população que habitava as terras hoje consideradas “território brasileiro” (neste caso cabendo mesmo a generalização), pela condição de civilizada, inserida numa situação que a distanciava até mesmo do continente americano. Talvez pela importância conquistada no princípio do século XIX, quando a família real veio de Portugal para o Brasil,

comum, porque o futuro saberia reconhecer os méritos dos seus maiores, libertando-os do esquecimento através da memória coletiva. (CATROGA, 2005, p. 145).

Aparentemente, o comemoracionismo é o mesmo, pois intelectuais, políticos e grandes comerciantes cearenses buscavam a autopromoção e exaltação da História do Ceará, apenas nos aspectos que lhes eram caros, com o intuito final de serem reconhecidos como os guias da população em direção à luz.

Bom exemplo da memória seletiva daqueles que, de certo modo, construíram a história cearense é a letra de seu hino, do maestro cearense Alberto Nepomuceno, com letra de Thomaz Lopes. Fruto da encomenda do Barão de Studart para as comemorações de 1903, nele, no *Hymno do Ceará*, não há nenhuma referência aos povos nativos. Fala-se das dificuldades e da força para transformar aquela terra em algo bom, da abolição dos escravos, da influência dos intelectuais sobre a população e de sua responsabilidade em conduzir o povo em direção à luz, entretanto, a história do Ceará, contada pelo hino do estado, parece não contar com a existência de indígenas⁷.

A construção da memória sobre a história da terra, tomada como responsabilidade pelos intelectuais, não poderia oferecer mais que essa exclusão do impróprio, daquilo de valor menor, e é esta a posição atribuída aos povos indígenas. Lembremos que a memória está ligada à identidade e o evento em questão aqui, diz respeito à criação do sentido de identificação da sociedade com o lugar. Há, ainda, outra ligação, desta vez entre memória e esquecimento, neste caso, convém esquecer um para privilegiar outro⁸. O resultado de todo o movimento feito pela intelectualidade cearense é uma espécie de história a serviço do esquecimento e não necessariamente da memória⁹.

Explicamos: concomitante ao estabelecimento da memória da civilização do Ceará, herança da ocupação portuguesa, a intelectualidade cearense excluiu para o campo do esquecimento tudo relativo aos povos indígenas, como se recortassem essa parte da história por não ser de interesse, afinal seu destaque traria lembrança da

⁷ Cf. HYMNO do Ceará. **Revista Trimestral do Instituto do Ceará**, Fortaleza, v.1, Tomo XVII, Anno XVII, 249-250, 1903.

⁸ Sobre a questão, cf. ROSSI, Paolo. **O passado, a memória, o esquecimento**: seis ensaios da história das ideias. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

⁹ Cf. ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, especialmente o cap. 2.

barbárie vivida naquelas terras. Para inscreverem-se na história nacional e despertarem no povo a identificação, a inserção em algo maior, não era preciso lembrar a tristeza, a escuridão vivida anteriormente, mas, apenas a chegada da *luz* da civilização.

É importante lembrar o momento histórico vivido não só no Ceará, mas no Brasil, do fim do século XIX ao princípio do XX. Os homens de ciência de toda a nação reconheciam a miscigenação como responsável pelo enfraquecimento da raça e, portanto, pela defasagem do Brasil em comparação às nações europeias, por exemplo. Dá-se início ao processo de higienização social e urbana, como não era possível eliminar a miscigenação de pronto, higienizavam-se os grandes centros urbanos, separando tudo que era considerado menor: pobreza, loucura, doença, entre outros¹⁰.

Os governantes realizaram reformas urbanas, criando novos espaços públicos, eliminando lugares de contaminação, retirando, também, a pobreza e a loucura do campo de visão dos privilegiados e dos possíveis visitantes. São criados novos espaços de convívio social, como praças e largos; as ruas são alargadas e é realizado o saneamento urbano. Desse período datam os primeiros asilos e abrigos para órfãos, idosos, mendigos, prostitutas e tantos outros párias da sociedade. Subvencionados pelo estado e supervisionados pela Igreja, por médicos e intelectuais, o que associava o processo todo à filantropia. A exclusão dos povos nativos da história oficial do Brasil e dos diversos estados, especialmente no princípio do séc. XX, era apenas mais uma atitude em prol da civilização e da evolução da sociedade. Por esta razão, os hinos costumam exaltar a abolição dos escravos e a liberdade, por serem considerados reflexo da luz da civilização e evolução dos povos¹¹.

Essa exclusão de parte da história, muitas vezes, é trabalho árduo, pois os documentos, base essencial da construção da historiografia cientificista, teimam em apresentar essa origem “bárbara” do Brasil. E, portanto, também do Ceará.

A cristalização da verdade: Documentação e análise historiográfica no Instituto do Ceará.

¹⁰ Sobre o assunto, cf. SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

¹¹ Além do Hino do Ceará, os hinos do Pará, Maranhão, Rio de Janeiro, para citar apenas alguns que excluem a presença indígena em suas terras antes da ocupação pelos europeus.

Barão de Studart realizou primoroso trabalho de pesquisa sobre os primórdios da História do Ceará. Não esqueçamos que o fazer historiográfico de seu tempo era muitíssimo diferente do atual. Levemos em conta que a história escrita pelo referido intelectual é o incansável levantamento documental, em busca da comprovação da verdade e, por isso mesmo, percebemos em seus escritos uma análise voltada para o que se poderia considerar, a seu tempo, inverdades históricas, por não corresponderem aos documentos que tratavam da época.

Barão de Studart deixa clara a sua preocupação com a verdade histórica, como na passagem onde se refere, por exemplo, à Ayres de Cazal e uns tais presídios “inventados” (STUDART, 1903, p. 53-54) por ele. Ao mesmo tempo em que afirma as inverdades de uns, Studart também demonstra respeito e cuidado ao referir-se a outros, como é o caso de Varnhagen. Segundo o intelectual cearense, o pai da História nacional parece apadrinhar Pero Coelho, pois indica o nome de João Soromenho como o grande algoz dos indígenas, livrando Coelho desta acusação. Percebemos o zelo pela memória de Varnhagen quando o Barão afirma que

Pode ter sido tudo assim, pode Varnhagen ter encontrado, e longe de mim suspeito-o de forjador de documentos, a Provisão Regia de 19 de Setembro de 1606 ordenando a prisão e processo de João Soromenho; o que me espanta é o silencio que a respeito de um tal individuo guardam os escriptores, mesmo os contemporaneos. (STUDART, 1903, p. 59).

A preocupação com a verdade continua por todo o artigo, seja sobre o destino de Pero Coelho ao fim de sua viagem, seja sobre o local do enterramento do Padre Francisco Pinto, morto na divisa entre as fronteiras dos atuais Estados do Ceará e Piauí, nomeadamente na Serra da Ibiapaba, após ataque de índios inimigos. Studart faz um constante cruzamento de dados entre diversos documentos e autores que analisam a mesma época em busca do veredito sobre os fatos ocorridos.

No artigo sobre Martin Soares Moreno, o intelectual do Instituto, continua sua análise perseguindo a verdade histórica, e demonstra o valor dado aos documentos, por exemplo, na passagem onde afirma: “não conheço manuscripto algum que trate de Pero Coelho; o que delle se sabe acha-se em obras já dadas á imprensa” (STUDART, 1903, p. 189). Essa condição relativa à falta de referências documentais

muito incomoda o intelectual cearense, pois ele os considera a fonte da verdade histórica e defende que através deles se pode ter a certeza dos fatos.

Mas afinal, o que é *verdade histórica*?

Como sabemos, para grande parte da historiografia da época, documentos válidos são aqueles considerados oficiais pelas entidades ou instituições às quais caberia atribuir valor, legitimando os registros escritos de um fato. Assim, neste caso específico, julgamos ser *verdade histórica* a comprovação do fato através de documentos válidos.

Seguindo as ideias de Paul Ricoeur, qualquer documento não é nada além de uma infinidade de possibilidades hermenêuticas (RICOEUR, 1994). Não só a escrita daquele documento que é tomado por *verdade histórica* está repleta de ideologias condicionantes, como a análise do documento que contém a pretensa *verdade histórica* também se encontra amparada por uma carga ideológica.

Deste modo, a compreensão do documento estará condicionada à experiência do leitor (RICOEUR, 1997). Seguindo concepção heideggeriana, o autor afirma:

A primeira função do compreender é nos orientar numa situação. O compreender não se dirige, pois à apreensão de um fato, mas a de uma possibilidade de ser [...] compreender um texto, diremos, não é descobrir um sentido inerente que nele estaria contido, mas revelar a possibilidade de ser indicada pelo texto. (RICOEUR, 1990, p. 33. Grifo nosso).

Deste modo, a pretendida *verdade histórica*, norte dos intelectuais do Instituto do Ceará, cai por terra, pois as ideias de objetividade e neutralidade, determinantes de sua produção, dizem respeito à ideologia de sua época. Portanto, as conclusões às quais chegavam a partir da leitura de manuscritos condiziam apenas com uma possibilidade de compreensão da mensagem contida no texto do documento. Para tratar da impossibilidade do homem de ser neutro e objetivo, Ricoeur, com Hans-Georg Gadamer, afirma:

não podemos nos abstrair do devir histórico, situar-nos longe dele, para que o passado se torne, para nós, um objeto...Somos sempre situados na história...Pretendo dizer que nossa consciência é determinada por um devir histórico real, de tal forma que ela não possui a liberdade de situar-se em face do passado. (GADAMER, 1967 apud RICOEUR, 1990, p. 40)

Deste modo, a análise documental exposta pelo Barão de Studart e pelos demais intelectuais ligados ao Instituto é utilizada simplesmente para a fundação de uma ideologia, ainda que inconscientemente¹².

Ainda pensando o uso dos documentos, temos Durval Muniz de Albuquerque Júnior destacando a função do historiador:

O historiador conta uma história, narra; apenas não inventando os dados de suas histórias. Consultando arquivos, compila uma série de textos, leituras e imagens deixadas pelas gerações passadas, que, no entanto, são reescritos e revistos a partir dos problemas do presente e de novos pressupostos, o que termina transformando tais documentos em monumentos esculpidos pelo próprio historiador, ou seja, o dado não é dado, mas recriado pelo especialista em História. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 62-63)

Mesmo não se referindo propriamente à lógica historiográfica da transição do século XIX para o XX, na passagem citada, Durval Muniz, ao apresentar a função do historiador, tangencia a prática dos intelectuais dos Institutos. Recorrendo aos documentos, esses letrados encharcados das teorias da época e de uma suposta neutralidade científica, esculpiam (e frisamos, apenas esculpiam!) a história pretendida verdadeira, marcados, como é óbvio, por toda a mesmidade que lhes cabia. E, para compreender a questão da mesmidade, recorreremos à Adam Schaff. O autor afirma:

O historiador – sujeito que conhece – é um homem como qualquer outro e não pode libertar-se das suas características humanas: não é capaz de pensar sem as categorias de uma língua determinada, possui uma personalidade socialmente condicionada no quadro de uma realidade histórica concreta, pertence a uma nação, a uma classe, a um meio, a um grupo profissional, etc., com todas as consequências que tudo isto implica no plano dos estereótipos que aceita inconscientemente, em geral, da cultura de que é ao mesmo tempo uma criação e um criador, etc. (SCHAFF, 1995, 284).

Por não possuírem a compreensão de serem incapazes das pretensas neutralidade e objetividade, ou seja, a não liberdade afirmada por Schaff, os sócios do

¹² Importa ressaltar a época em que a produção desses intelectuais foi pensada. Diante disto, a ideologia construída por eles deve ser compreendida a partir de seu universo cultural. Não há propriamente uma má intenção na atitude assumida por aqueles historiadores. A reflexão aqui exposta leva isto em conta. Nossa intenção é, portanto, apresentar uma chave interpretativa capaz de oferecer subsídios teóricos para compreensão dos nossos documentos. O problema da ideologia presente nos textos será abordado mais adiante a partir de nova problemática, a saber: as intencionalidades conceituais no uso das palavras *achar* e *descobrir*.

Instituto do Ceará seguiram suas atividades utilizando os documentos em busca da legitimação da história local. Recortando do passado somente o que interessava ao modelo historiográfico da época, em busca da criação de memórias históricas para a população cearense, fragmentando o processo histórico e cristalizando (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p.206) momentos que, segundo seus preceitos, caracterizavam o princípio da luz, da civilização trazida pelos portugueses. Como dissemos, interessa-nos apontar para o fato de que o velho Barão e seus pares não possuíam esses elementos teóricos. Em razão disto seguiam com a preocupação do respeito aos documentos, acreditando ou, pelo menos, afirmando acreditarem não haver interferência nos escritos originais através do trabalho por eles desenvolvido.

Voltando aos artigos de Studart, quando se refere à Pero Coelho, o autor recorre a diversos escritos de outros comentadores sem, contudo, afirmar veracidade neste ou naquele. Seu método historiográfico está limitado a simples comparação dos dados colhidos em suas leituras com as informações documentais disponíveis, ainda que estas não dissessem respeito diretamente ao explorador português, mas tratassem de questões correlacionadas à história analisada. Com este segundo artigo, o Barão mostra seu intenso trabalho de investigação documental e leitura de cronistas e comentadores.

O respeito pela documentação é evidente em outros textos da revista de 1903. Alfredo de Carvalho, por exemplo, em sua tradução do *Diário de Mathias Beck*, ressalta em nota introdutória sua postura diante dos escritos do explorador neerlandês assumindo, inclusive, no seu trabalho, toda a escrita incorreta, confusa e cheia de repetições presentes no texto original. Sobre isso, o tradutor nos diz:

Uzamos dos maiores cuidados na traducção, afim de evitar falsas interpretações, a que facilmente poderia conduzir o desalinhavado do estylo, e procuramos manter sempre a mais rigorosa equivalencia entre os vocabulos desta e os do original; transcrevendo os nomes indigenas conservamos a orthographia do Auctor, mesmo quando nos pareceu pouco acceitavel, de preferencia a corrigil-a, pois, bem sabemos de quanto auxilio é, nas investigações etymologicas, o conhecimento das diversas e successivas formas por que, no decorrer, tem se escripto estas palavras. (CARVALHO, 1903, p. III).

Encontramos ainda, na publicação daquele ano, documentos sobre os quais não são informados os cuidados das transcrições. Exemplo disto são a *Relação do Maranhão, 1608, pelo jesuita P. Luiz Figueira enviada a Claudio Aquaviva*; a *Carta*

de Luiz Figueira sobre as dificuldades da Missão do Maranhão e, também, Excerpts de varios auctores com referencia à vinda dos Padres Francisco Pinto e Luiz Figueira ao Ceará.

O que observamos de modo especial na Revista deste ano é a preocupação em validar a História do Ceará, através de relatos da época e, sempre que possível, de comprovação documental, prática comum aos defensores da fundação da história pátria.

Entre o *descobrir* e o *achar*: Pe. Carlos Teschauer e a ideologização da tradição.

O primeiro artigo apresentado na Revista do Instituto do Ceará de 1903, trazia no título a seguinte interrogativa: *Será discutível a prioridade dos Portuguezes no descobrimento da America?* O texto vem assinado pelo Pe. Jesuíta Carlos Teschauer¹³ e, apesar de não tratar especificamente da chegada dos portugueses ao Ceará, o artigo do reverendo apresenta interessante discussão sobre as análises expostas pelo português Faustino da Fonseca, no seu livro *A Descoberta do Brazil*, publicado em Lisboa no ano de 1900.

O dito livro versava sobre a chegada dos portugueses na América antes mesmo de Colombo ali desembarcar e, na sequência, sobre o descobrimento do Brasil. A questão aqui posta diz respeito à discussão estabelecida em torno dos conceitos de *descobrimento* e *achamento* e nos valores atribuídos à nação portuguesa, que chegou ao Brasil trazendo consigo a possibilidade de desenvolvimento e civilização.

Teschauer inicia sua análise afirmando não encontrar nada que sustente a argumentação do livro de Faustino da Fonseca, o que seria de suma importância para atestar a teoria defendida. Para o Pe. Jesuíta, seus argumentos caem por terra quando Fonseca começa a enumerar datas e fatos para justificar a prioridade portuguesa.

¹³ Pe. Carlos Teschauer nasceu na Alemanha, em 1851, e foi para o Brasil em 1880. Sua naturalização brasileira data de 1891 e sua ligação com a intelectualidade brasileira se dá pelo fato de ser membro da Academia Rio-Grandense de Letras, ligando-se posteriormente ao do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, além de contribuir com outras agremiações, como o IHGB e o Instituto do Ceará. O que justifica a contribuição de Teschauer na Revista do Instituto do Ceará neste tomo de 1903, considerado tão especial pelo grupo de associados, é o elo existente entre os intelectuais do território brasileiro através dos institutos e academias de letrados.

Lembrando a abertura dos Arquivos do Vaticano, promovida pelo Papa Leão XIII¹⁴, Pe. Teschauer traz à tona documentos anteriores às datas referidas por Faustino da Fonseca sobre o avanço crescente dos portugueses em direção à América; dois exemplos são citados: primeiro, a Epístola Papal de 22 de setembro de 1448, em que o Papa Nicolau encarregou dois bispos de restabelecer a hierarquia na Groelândia, interrompida pela perseguição de pagãos esquimós; o segundo foi a comunicação entre sumos pontífices e a cristandade da Groelândia e da Vinlândia no norte da América.

Segundo Teschauer, o luso escritor prosseguia apresentando documentação vaga, não condizente com suas afirmações como, por exemplo, a Carta de Doação de Fernão Telles, do conselho de Afonso V, datada de 28 de janeiro de 1474. Dizia a carta: “Ihe fazemos doação...de quaesquer ilhas que elle achar ou aquelle a quem elle as mandar buscar novamente e escolher para as haver de mandar povoar, não sendo porem as taes ilhas nas partes de Guiné” (Apud TESCHAUER, 1903, p. 12-13). Em segunda carta a confirmação “com a condição que as ditas ilhas não sejam nos mares adjacentes a Guiné” (Apud TESCHAUER, 1903, p. 13) e acrescenta “cuidar que de serem achadas podiam vir grandes proveitos a meu reino” (Apud TESCHAUER, 1903, p. 13). A contestação do jesuíta é sobre a imprecisão, pois as cartas referem-se à ilhas que não sejam próximas à Guiné e bem poderiam ser de todo desconhecidas e, sobre possíveis rendimentos advindos destas terras, não havendo vislumbre de certeza. Entretanto, Fonseca utiliza os documentos para afirmar: “Havia portanto, em 1475 perfeito conhecimento de terra da America” (FONSECA, 1900 apud TESCHAUER, 1903, p. 13) e, ainda, “não se trata de vagas indicações, mas de coisas positivas, estabelecidas por um documento official. E tudo isto se passava, accentuemos sempre, 17 annos antes de Colombo partir” (FONSECA, 1900 apud TESCHAUER, 1903, p. 13).

A leitura de Teschauer aponta para uma dificuldade de Faustino da Fonseca em confirmar sua tese, levando o autor ibérico a se complicar com seus próprios argumentos. O Pe. Jesuíta critica a leitura do escritor português observando duas

¹⁴ O Papa Leão XIII, apesar de ter aberto os arquivos do Vaticano para historiógrafos de qualquer credo ou sistema, alertou para o uso dos documentos. Afirmando ser necessário fazer bom uso da documentação, evitando a manipulação de informações, pois a própria Igreja, através do oitavo mandamento, orienta para o uso da verdade.

questões por ele apresentadas: a primeira é a negação da façanha de Colombo que, segundo Fonseca não merecia os louros da descoberta do Novo Mundo; e a segunda ponderava sobre o “reconhecimento” do Brasil por Pedro Álvares Cabral, diminuindo o feito do navegador português. Ambas as críticas de Fonseca estavam lastreadas na sua tese de que a América já havia sido descoberta pelos portugueses – violentamente condenadas por Teschauer.

Pe. Teschauer critica ainda a defesa de Fonseca sobre o uso do conceito de *descobrimento* para descrever o feito de Cabral. Para tanto, o Pe. Jesuíta transcreve o seguinte trecho d'*A descoberta do Brasil*:

Mas dizer que Pedro Álvares Cabral descobriu o Brasil em 1500 não quer dizer que antes d'elle não fosse conhecido qualquer outro ponto do grande paiz da America do Sul, cuja unidade geographica estava constituída desde os limites do tratado de 1494. A palavra descobrir não se usava então no sentido absoluto e geral que se utiliza hoje. Cabral de facto reconheceu o monte Paschoal, o Porto Seguro, algumas leguas de costa, e chamou ao todo Terra de Vera Cruz. Desde que não achou occupada nem apadroada essa região considerou-a descoberta, isto é, reconhecida por elle.

A palavra descobrir usava-se no sentido de reconhecer. (FONSECA, 1900 apud TESCHAUER, 1903, p. 17).

Descobrir no sentido de reconhecer, afirma Fonseca. Ora, documentos da época das navegações apontam para a ambivivência, nem sempre amistosa, dos dois conceitos: *descobrimento* e *achamento*. Assim, julgamos ser importante analisar essas palavras como conceitos, ou seja, perceber qual a carga ideológica nelas subjacentes. Pensamos ser este o caminho que nos levará a verificar a afirmação de Fonseca quanto ao uso do termo *descobrimento*, nosso lastro teórico será a, já citada, hermenêutica de Paul Ricoeur (1990). Reflitamos sobre os conceitos *achar* e *descobrir* para melhor compreendermos o sentido do debate levantado por Fonseca e a razão de ser da crítica de Teschauer.

Podemos iniciar a reflexão a partir de um encadeamento de palavras. Para dar sequência ao exercício, imaginemos a intenção de Pero Vaz de Caminha¹⁵ ao se valer do termo *achamento*, ou seja, o que significaria para ele o ato de achar algo?

¹⁵ Conferir o uso do termo, por exemplo, nas páginas 9, 15 e 16 de CAMINHA, Pêro Vaz de. Carta de Pêro Vaz de Caminha ao Rei D. Manuel. In: ALBUQUERQUE, Luís de (Dir.). **O reconhecimento do Brasil**. Lisboa: Publicações Alfa, 1989. Col. Biblioteca da Expansão Portuguesa. v. 14.

Ora bem, achar algo pressupõe que tratamos de algo conhecido anteriormente, algo que se perdeu e tornamos a encontrar, portanto, estaria relacionado com buscar, pesquisar, encontrar. Descobrir algo possui sentido distinto, pois não se descobre algo já conhecido, mas algo novo, sobre o que nada se sabia, portanto, estaria vinculado ao desconhecido, oculto.

Estamos tratando aqui de palavras soltas e, segundo Paul Ricoeur, a palavra é a unidade de base da língua, mas a frase é a unidade de base do discurso (RICOEUR, 1990, p. 45-46) e a carta de Caminha é um discurso enviado ao rei de Portugal, portanto, não seria possível chegar a conclusões através das palavras soltas, sendo essencial analisar o discurso para compreender a mensagem. Ao levarmos em consideração que o discurso é um evento e este é conduzido por um sujeito, precisamos pensar não apenas na mensagem transmitida, mas no sujeito que discursa e em seu receptor, o interlocutor.

Na Carta de Caminha o escritor é sujeito e o rei receptor. Seria demasiado estranho que as descrições presentes no escrito de Caminha tratassem do *achamento* da terra nova como se o receptor, no caso D. Manuel, desconhecesse aquilo que seria supostamente conhecido, como vemos defender Faustino da Fonseca.

E, como tratamos de palavra, discurso, evento, sujeito e receptor, pensemos também n'*A descoberta do Brazil*, de Faustino da Fonseca, e no artigo *Será discutível a prioridade dos Portuguezes no descobrimento da America?*, do Pe. Carlos Teschauer, como discursos direcionados aos seus receptores. No caso de Fonseca, a sociedade portuguesa no último ano do século XIX, necessitada de encontrar os valores da nação para fortalecimento do sentimento nacional, tão debilitado pela crise política iniciada com o ultimato britânico de 1890. Teschauer, por sua vez, tinha vistas postas sobre a intelectualidade brasileira, em especial a cearense da virada do século, que tinha Pedro Álvares Cabral como o responsável primeiro por sua civilização.

A exposição de conceitos não tem por finalidade determinar se as terras americanas já eram conhecidas dos portugueses, como defende Faustino da Fonseca, tampouco negar sua tese, como o faz Carlos Teschauer, mas analisar as condições em que foram escritas as suas defesas.

Ao terminar a leitura do texto do Padre Jesuíta Carlos Teschauer, concluímos que o grande embate entre o posicionamento do autor e a tese de Faustino da Fonseca dizia respeito mais à questão ideológica por trás da destruição da imagem heroica de Pedro Álvares Cabral – tão cara aos brasileiros – do à exaltação da nação portuguesa propriamente dita. Mesmo esta se fazendo tão clara no discurso do autor, as consequências da aceitação da teoria defendida por Fonseca trariam grandes perdas para a memória nacional, o que poderia ser demasiado prejudicial em uma sociedade ainda carente de sentimento pátrio.

História como amálgama da sociedade. Conclusão?

A intelectualidade cearense, através das agremiações de letrados, não fugia à regra social estabelecida ainda no Império. Vemos claramente, na postura assumida pelos intelectuais do Instituto do Ceará, o uso da história local para manutenção da ordem, do controle daqueles considerados homens comuns.

Tratamos ao longo de todo o artigo de uma tradição inventada nos moldes apontados por Eric Hobsbawm e Terence Ranger. Como eles afirmam: “toda tradição inventada, na medida do possível, utiliza a história como elemento legitimador e de coesão” (HOBSEBAWN; RANGER, 1987, p. 21).

Assim, os privilegiados da sociedade cearense de 1903 buscaram a criação de uma tradição a partir de um recorte da história do passado das terras cearenses, utilizando-se para isto de seleção criteriosa apagando o que pudesse exaltar os ânimos dos menos privilegiados.

O tipo de comemoração ora analisado estimula naqueles com menos conhecimentos o sentimento nacional, a identificação com os heróis apontados pelos letrados e a equivocada impressão de que aqueles que conduzem a sociedade, seja através da política, seja através das letras, apontam para um futuro glorioso a ser compartilhado por todos.

Afinal, já em 1603, os portugueses apresentaram, aos habitantes das terras cearenses a possibilidade da civilização. Mas o que era civilização para quem tinha, em 1903, pouca ou nenhuma instrução?

Pelos aplausos relatados, podemos supor que a dita civilização podia ser pensada como promessa de um futuro iluminado para todos, conduzido pelos

privilegiados da sociedade, detentores do conhecimento que faltava aos demais. Naquele momento de comemoração eram todos irmãos, os que ocupavam os lugares reservados para o conforto dos ilustres e aqueles que se espremiavam feito abelhas em colmeia.

A História do Ceará, neste momento, era o amálgama da sociedade, a liga que unia a riqueza e privilégios de uns e a massa dos comuns. Festejar era uma das formas encontradas pelas elites políticas e sociais do Ceará para manter a ordem, à semelhança da política do pão e do circo de outros tempos. Mas, em que medida houve mudança no uso político da História?

Referências

Artigos:

BRÍGIDO, João. Ha 300 anos. Pedro Coelho de Sousa. **Revista Trimestral do Instituto do Ceará**, Fortaleza, v.1, Tomo XVII, Anno XVII, 41-49, 1903.

CARDOSO, Graccho. Tricentenário da vinda dos primeiros portugueses ao Ceará. D'A Republica, de Fortaleza. **Revista Trimestral do Instituto do Ceará**. Fortaleza, CE, v.1, Tomo XVII, Anno XVII, 229-241, 1903.

CARVALHO, Alfredo. Diário de Mathias Beck. **Revista Trimestral do Instituto do Ceará**, Fortaleza, v.1, Tomo XVII, Anno XVII, 325-405, 1903.

_____. O Tricentenário do Ceará – 1603-1903 (Do "Jornal do Recife). **Revista Trimestral do Instituto do Ceará**, Fortaleza, v.1, Tomo XVII, Anno XVII, 245-248, 1903.

STUDART, Barão. Francisco Pinto e Luiz Figueira - o mais antigo documento existente sobre a história do Ceará. **Revista Trimestral do Instituto do Ceará**, Fortaleza, v.1, Tomo XVII, Anno XVII, 52-96, 1903.

STUDART, Barão. Martim Soares Moreno, o fundador do Ceará. **Revista Trimestral do Instituto do Ceará**, Fortaleza, v.1, Tomo XVII, Anno XVII, 178-228, 1903.

TESCHAUER, Pe. Carlos. Será discutível a prioridade dos Portuguezes no descobrimento da America? **Revista Trimestral do Instituto do Ceará**, Fortaleza, v.1, Tomo XVII, Anno XVII, 5-27, 1903.

VASCONCELLOS, A. Augusto. Consagração do Passado. **Revista Trimestral do Instituto do Ceará**, Fortaleza, v.1, Tomo XVII, Anno XVII, 37-40, 1903.

Bibliografia

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **História**: a arte de reinventar o passado. Ensaios de teoria da história. Bauru, SP: EDUSC, 2007.

CAMINHA, Pêro Vaz de. Carta de Pêro Vaz de Caminha ao Rei D. Manuel. In: ALBUQUERQUE, Luís de (Dir.). **O reconhecimento do Brasil**. Lisboa: Publicações Alfa, 1989. Col. Biblioteca da Expansão Portuguesa. v. 14.

CATROGA, Fernando. **Nação, mito e rito**: religião civil e comemoracionismo (EUA, França e Portugal). Fortaleza: Edições NUDOC/Museu do Ceará, 2005.

HOBSBAWM, Eric e RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

RICOEUR, Paul. **Interpretação e Ideologias**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1990.

ROSSI, Paolo. **O passado, a memória, o esquecimento**: seis ensaios da história das ideias. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

SCHAFF, Adam. **História e verdade**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

VILAR, Pierre. **Iniciação ao vocabulário da análise histórica**. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1985

WEHLING, Arno. **Estado, História, Memória**: Varnhagen e a Construção da Identidade Nacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

Recebido em *Março* de 2012

Aprovado em *Junho* de 2012